

Lutas sociais e perspectiva histórico-crítica no serviço social latinoamericano

Vicente de Paula Faleiros*

RESUMO

O objeto deste artigo é a discussão sobre a relação do serviço social com a luta de classes e a reprodução do capital e das classes trabalhadoras, questionando a tese de uma linearidade nessa relação. O objetivo é de analisar o processo histórico da construção da profissão a partir de sua protoforma e de sua organização diversificada na sociedade capitalista. A metodologia pressupõe o desenvolvimento da profissão relacionado à hegemonia e à contrahegemonia dos blocos dominantes e dominados. Realizou-se uma revisão integrativa da literatura sobre a questão em pauta com referências a textos icônicos sobre o contexto e influentes no serviço social de cada momento, sendo objeto de uma reflexão epistemológica. A reflexão e interpretação dos resultados apontam para uma relação profunda do serviço social com a estrutura socioeconômica e a superestrutura juridicopolítica na dinâmica das lutas de classes concernente às contradições de manutenção dos pobres, benefícios sociais e controle/legitimação por parte das classes dominantes e a organização política, a autonomia, o protagonismo das classes dominadas numa correlação de forças, embora com hegemonia do poder estabelecido.

PALAVRAS-CHAVE: Serviço social; Lutas de classes; Reprodução do capital; Protagonismo e autonomia dos trabalhadores.

Class struggles and social work in an historic and critical perspective in Latin America

ABSTRACT

This paper deals with the discussion about the relationship of social work with class struggle and the reproduction of capital and working classes, questioning the thesis of a linearity in this relationship. The objective is to analyze the historical process of the profession construction from their protoforms and its diversified organization in the capitalist society. The methodology presupposes the development of the profession related to the hegemony and counterhegemony of the dominant and dominated blocks. An integrative literature review was conducted on this issue with references to iconic texts about the context and the of each moment, being the subject of an critical epistemological reflection. The reflection and interpretation of the results point to a deep relationship of social work with the socioeconomic structure and the juridicopolitical superstructure in the dynamics of class struggles concerning the contradictions of the maintenance of the poor, social benefits and control / legitimation by the ruling classes and the organization, autonomy, the protagonism of the dominated classes in a correlation of forces, with hegemony of the established power.

* Pós-Doutorado Écoles des Hautes Études en Sciences Sociales. Doutorado Université de Montreal. Professor Emérito e Pesquisador Associado da Universidade de Brasília (UnB). Professor na Pós-Graduação em Psicologia na Universidade Católica de Brasília. E-mail: vicentefaleiros@terra.com.br

KEYWORDS: Social work; Class struggles; Reproduction of capital; Poverty; Protagonism and autonomy of workers.

Recebido em: 20/10/2019
Aprovado em: 28/10/2019

Introdução

A discussão sobre a relação entre serviço social e a reprodução do capital, as lutas de classes e a redução da desigualdade social com minimização da pobreza e das condições de exclusão faz parte da história da profissão e da construção de uma epistemologia crítica dessa história (Faleiros, 2011, 2016, 2017,2019; Tobón et al, 1986; Verdès-Leroux, 1982; Castro, 1982; Iamamoto, 2007; Noyau, 1973; Vasconcelos, 2015).

O ponto de vista da interpretação estrutural relacional marxista adotado como referência deste artigo, coloca o serviço social na dialética da reprodução do capital, do controle e legitimação do poder dominante articulado ao processo de lutas hegemônicas e contrahegemônicas de blocos históricos nos Séculos XX e XXI. As lutas de classes compreendem tanto a mudança das condições imediatas de vida como a transformação da sociedade capitalista. A oposição entre reforma e revolução destaca a conquista do poder político pela classe trabalhadora da luta sindical pelo salário e condições de trabalho, sendo esta “indispensável se se quer que o operário receba a taxa de salário que lhe vem da situação conjuntural do mercado” (Luxemburgo, 1970 p.83), embora possa ser considerada um revisionismo se se descarta a luta política revolucionária, como propunha Bernstein (Gustafsson, 1975).

O Serviço Social não tem poder de fazer com que as classes dominadas assumam o poder político com a prática de uma mediação particular das condições de vida e dos direitos das classes dominadas nas contradições da sociedade capitalista e das diferentes formas de lutas de classes. O escopo específico do artigo concerne às contradições entre manutenção dos pobres, direitos e benefícios sociais e seu controle/legitimação pelo bloco histórico dominante e a autonomia e protagonismo das classes dominadas numa correlação de forças.

A abordagem metodológica pressupõe uma revisão integrativa da literatura (Mendes et al. 2008) com referências a textos icônicos e influentes no serviço social em várias conjunturas, na construção de uma reflexão epistemológica sobre serviço social e suas práticas, a estrutura socioeconômica e a superestrutura juridicopolítica. Leva em conta a história de longa duração, com o desafio de encontrar um foco aglutinador e de comparar o

permanente com o irrepetível, exigindo uma categorização fundamentada (Burke, 2002) para se aprofundar a complexidade das relações estrutura/sociedade/estado em interação, na busca de indicar as “variações concomitantes” dessas relações numa interpretação geral da relação contraditória entre serviço social, lutas de classes e reprodução do capital, com uma visão dialética e histórica.

Perspectiva estrutural- relacional

Partimos do pressuposto de uma construção conflituosa da profissão diante dos dispositivos do bloco dominante e das propostas e dispositivos dos blocos de classes dominadas, expressos na disputa por visões da atuação profissional e de suas regulamentações na lei, nos códigos de ética e documentos da categoria profissional. As questões políticas do contexto social condicionam e permeiam as concepções diferentes da profissão, articulando-se as determinações gerais da estrutura/superestrutura com o processo particular interno da categoria profissional em seus movimentos políticos, científicos e técnicos, na dialética entre determinações socioeconomicopolíticas e a ação da vontade dos coletivos e influências de líderes. A dialética entre hegemonia e contrahegemonia (Gramsci, 1980) se configura também numa hegemonia e contrahegemonia no interior da profissão. A virada crítica no serviço social é uma construção política e científica que se processa ao longo dos embates com o conservadorismo e as perspectivas do funcionalismo e do assistencialismo. No final dos anos 60 e início dos anos 70 do Século XX a influência marxista contribuiu para mudar o enfoque dominante do serviço social tanto nas instituições como nas universidades, inclusive questionadora da formação hegemônica centrada na tridimensionalidade de serviço social de casos, serviço social de grupos e serviço social de comunidade.

A crítica dessa tríade partiu da constatação de seu esgotamento diante das mudanças na sociedade pela organização e nas lutas dos oprimidos. As demandas por direitos, sindicalização, salários, moradia, terra, educação foram estabelecendo relações de poder dos oprimidos com a sociedade e o estado. A construção teórica questionadora no serviço social foi, num primeiro momento, influenciada pelo estruturalismo marxista ao inserir a profissão na lógica do capital (Netto, 1992). Noyau, (1973) coloca o questionamento da profissão na análise histórica concreta ao assinalar sua instrumentalidade à classe dominante na legitimação do sistema em diferentes contextos, inclusive sob a justificativa da neutralidade e com o objetivo de manter a ordem social. Iamamoto (2007) aponta várias abordagens da superação de uma visão endógena da profissão, o que é crucial na perspectiva de uma

epistemologia crítica.

A dominação do capital tanto na produção como no consumo é inquestionável (Harvey, 2016), incluindo lazer, vida doméstica e comunicação. Sua dominação ideológica e política também entra crise: “as ideias dominantes das classes dominantes não estão conseguindo servir aos interesses da massa da população em praticamente nenhum lugar, mesmo que garantam e fortaleçam o poder de uma oligarquia dominante. As contradições são óbvias e desmedidas” (Harvey, 2016, p. 287). É fundamental considerar as contradições do capitalismo, incluindo as crises de sua sustentação política e de seu devir econômico. A análise da relação contraditória entre o econômico e o político-ideológico mostra lutas, resistências, crises, desgastes. As forças das classes trabalhadoras se manifestam tanto nas organizações políticas e dos locais de trabalho, vida, consumo como em reivindicações de grupos dominados, como negros, crianças, idosos, LGBTs, mulheres, jovens, ecologistas, índios...

As greves têm sido mediações fundamentais para conquistas de condições de salário e trabalho. As manifestações políticas são fundamentais para conquistas de reconhecimento de direitos, assinalando Harvey (2016, p.247) que “o capitalismo nunca vai cair por si próprio. Terá de ser empurrado”.

A contribuição marxista estrutural-relacional postula que estrutura e superestrutura se relacionam dialeticamente e pressupõe o sujeito como um conjunto de relações, conforme Marx (2007, p. 53): “onde existe uma relação, ali ela existe para mim”, mostrando que a consciência é um produto social relacional elaborada nos nexos com os outros e com as coisas, condicionada pela história e pelo viver em sociedade. Afirmar Marx (1969) que a luta de classes é “o motor da história”. O processo de cooperação entre as pessoas é imposto pelo próprio capital na produção do valor, com expressão de conflitos entre assegurar a sobrevivência do trabalhador e as condições de exploração. Mézáros (2011), destaca a dialética da estrutura e da história, ao salientar o lado ativo do sujeito e a miséria do “anti-historicismo”.

Gramsci (1980) assinala que é necessário considerar as correlações de força e blocos históricos no processo indissociável de acumulação de capital e de relações sociais, inclusive para se entender as “guerras de posições” no movimento de estrutura e superestrutura na disputa de interesses de classe pela hegemonia e contrahegemonia. Segundo Gramsci (1980), é preciso considerar a estrutura e as dimensões das forças políticas com seu grau de homogeneidade e de consciência em suas mediações dialéticas entre movimentos orgânicos de classes para se estabelecer a capacidade de direção da sociedade, articulando coerção e

adesão ao projeto de manutenção ou de transformação da sociedade. Segundo Gramsci (1999), as ideias ou a filosofia da prática precisam se tornar interiorizadas pela maioria da população tornando-as históricas (p.100) na superação do modo de pensar culturalmente dominante. Os intelectuais orgânicos é que fazem essa mediação de construção de blocos históricos.

A consideração da/o assistente social como um intelectual orgânica/o do bloco histórico das classes trabalhadoras ou do bloco dominante permite destacar as contradições do próprio exercício profissional. Nessa perspectiva o estrutural se articula ao relacional. As relações capitalistas pressupõem a força de trabalho, bem como a força de trabalho pressupõe o capital, existindo uma heterogeneidade estrutural/relacional em diferentes processos de produção e de organização política. Os blocos históricos, na esfera política, se configuram com alianças que permitem a governança e a governabilidade de forma conjuntural, podendo constituir o domínio direto e explícito de uma classe ou se articular como “estado regulado/sociedade regulada” (Gramsci, 1999, Vol. 3, p. 244) em que se esgote a coerção pela livre adesão à lei socialmente aceita.

Desta feita, o profissional tem uma inserção complexa e contraditória na dinâmica da relação de forças, podendo favorecer ou subordinar-se a interesses dominantes e também favorecer e promover interesses e direitos dos dominados. O bloco histórico que favoreça interesses dos dominados se constrói num processo pedagógico/político de organização e de conscientização dos interesses das classes dominadas, variando conforme o processo hegemônico de direção política do conjunto da sociedade. Os conflitos dentro do bloco histórico e em relação à sociedade civil levam a crises e ao movimento de mudanças na hegemonia e na contrahegemonia. Forças de blocos dominantes também entram em conflito entre si.

A construção de uma articulação entre uma teoria crítica e uma ação transformadora da realidade pressupõe uma teoria das relações historicamente dadas e pensadas na dialética estrutura/superestrutura conforme as conjunturas das lutas e das políticas sociais de cada país, numa tensão entre teoria e prática (Faleiros, 1997).

O conflito de paradigmas em suas relações com o bloco dominante e o bloco dominado veio a ser melhor explicitado nos anos 60/70 do século XX. A crítica da relação do serviço social com as classes sociais e o bloco dominante teve como eixo a explicitação de sua inserção no processo hegemônico do capital em oposição à construção de uma hegemonia política e social dos interesses dos trabalhadores, colocando-se a questão da plausibilidade de

uma atuação profissional, ao mesmo tempo técnica e política em articulação às demandas e interesses de dominados e excluídos nas mediações complexas do agir profissional. Esta questão era mascarada na configuração profissional richmondiana alinhada ao bloco dominante (Richmond, 1917).

A relação entre poder político com o poder/saber profissional se estrutura nas formas de organização e prestação de serviços sociais (Faleiros, 2015), traduzindo a vinculação aos interesses dos dominantes ou dos dominados, pressupondo-se uma correlação de forças na atuação profissional (Faleiros, 2011), inclusive entre os demandantes¹ de serviços e os gestores e mandantes institucionais. Nessa perspectiva, muda-se a relação de poder da/o profissional com os demandantes, percebidos não mais como receptores de benefícios ou carentes de orientação num relacionamento interindividual e sim como sujeitos autônomos e de direitos constituídos por relações complexas e multidimensionais (Faleiros, 2011). As condições objetivas dos demandantes não são separadas de suas condições subjetivas na interação das relações de trabalho com as relações familiares, de lazer, de saúde, de educação, dentre outras. Para Gramsci (1978, p. 52) “o indivíduo não é só a síntese das relações existentes, mas também a síntese da história dessas relações”.

Vamos nos referir sucintamente, dadas as dimensões dessa publicação, a uma periodização em cinco momentos, articulando o serviço social com os blocos históricos em dois níveis: o europeu e norteamericano e o latinoamericano. Os cinco períodos são: Blocos Históricos no Final do Século XIX até a Primeira Guerra Mundial; Blocos históricos dos anos 30 e pós 30; Blocos históricos da Segunda-Guerra até os anos 60; Democracias, ditaduras e democratização; Blocos Históricos na Globalização do capital, conservadorismo, neoliberalismo e redução de direitos. Levamos em conta a proposta de periodização de Hobsbawm (2001) que distingue três períodos no Século XX: a era da catástrofe, a era de ouro e o desmoronamento, considerando as crises e o fim do socialismo nessa terceira fase, mas desdobramos alguns períodos em função da dinâmica do serviço social com os legados do Século XIX e os pressupostos do liberalismo político e da economia burguesa industrial e de urbanização, bem como a rearticulação da hegemonia mundial capitalista no processo de globalização.

Em análise específica, a política de assistência social segue uma “lei geral” em relação aos pobres: os benefícios em razão da exclusão ou da pobreza são sempre inferiores ao salário mínimo ou à renda proveniente dele, para forçar a inserção no mercado de trabalho como

¹ A expressão demandante expressa uma relação de direitos diferentemente de “usuário”, “cliente”, “paciente”, “carente”.

modo de vida normal no capitalismo, conforme as crenças meritocráticas no esforço/trabalho individual.

Blocos Históricos no final do Século XIX até a Primeira Guerra Mundial

Os blocos históricos formados no final do Século XIX não só contrapunham burguesia e aristocracia, mas liberalismo e socialismo, expressando as propostas de burguesia e proletariado. O conservadorismo não desapareceu com a ascensão da burguesia industrial. A burguesia se caracteriza pela propriedade dos meios de produção empregando trabalho assalariado. A proletarização da sociedade foi a questão crucial que perpassa o final do Século XIX e os séculos posteriores. A transformação do trabalho escravo e servil em trabalho assalariado mudou toda a forma de ser e de estar no mundo em todos os sentidos: trabalho dirigido pela organização e pela máquina capitalista para a produção de valor, organização da família, escolarização, comunicação, cotidiano, cultura, lazer, consumo, casamento, dentre outras dimensões.

Na América Latina, no final do Século XIX, configuram-se blocos na luta pela independência ou pela manutenção da colonização (Casanova, 1979), pela disputa de território e de riquezas, como a Guerra do Pacífico (1871), disputas pelo republicanismo e disputa pelo poder entre os chamados “liberais” e “conservadores”. O imperialismo norteamericano interveio fortemente na América Latina, primeiramente na luta contra a dominação espanhola, e em seguida com ocupação de territórios pelos *marines*, por exemplo na América Central. As economias latinoamericanas estavam voltadas para a exportação com domínio das metrópoles. Lutas e movimentos de trabalhadores foram reprimidos fortemente, como aconteceu em 1907 com mais de 2.000 mineiros atirados na Escola Santa Maria em Iquique mortos pelo exército em apoio às mineradoras.

Na Europa o bloco histórico de ascensão burguesa liberal em oposição ao absolutismo propugnava pela exploração do trabalho e considerava os pobres como incapazes ou preguiçosos. A industrialização emergente empregava uma massa de trabalhadores em condições de extrema exploração (Engels, 1845/1986). O liberalismo postulava a liberdade para os proprietários, mas considerava a escravidão como legítima, adotando as *workhouses*, inspiradas em Malthus (1983), nelas mantendo as piores condições possíveis para forçar o trabalho.

Os blocos estruturados para propiciar ajuda aos pobres se expressavam tanto na organização católica, como na protestante. Na Inglaterra e logo em seguida nos Estados

Unidos a aliança liberal/filantrópica/religiosa protestante implementou as organizações de caridade como um dever moral, atribuindo benefícios aos considerados incapazes de trabalhar: Charity Organization Society - COS inglesa 1869; COS americana- 1877. A exclusão e a estigmatização dos “preguiçosos” chegou ao ponto de excluir os beneficiários das candidaturas ao parlamento, o que foi abolido somente em 1918. Nessa articulação burguesa-filantrópica-liberal-protestante também houve ações para administração de “casos sociais”. O “*case work*”, inspirado na COS e elaborado por Mary Richmond na *Russel Sage Foundation*, criada em 1907 por magnatas capitalistas, consistia numa abordagem de atenção aos excluídos do mercado de trabalho a partir de um diagnóstico de sua situação numa ficha individual. Os atendidos eram encaminhados para hospitais, prisões, clínicas de enfermagem a partir da informação obtida. Classificavam-se em situação de “residualismo social”, os incapazes de se adaptar ao capitalismo, vendo-se a pobreza como excepcional e atribuída ao indivíduo ou distúrbio pessoal. As dificuldades de moradia foram levantadas por Jane Adams.

Na perspectiva católica, Leão XIII (1891) propôs a harmonia social entre classes, também com atenção residual aos pobres, priorizando a ação de ordens religiosas. O pobre era visto como objeto de compaixão e de subsídios segundo valores morais e sob o manto da religião. A pobreza foi institucionalizada em abrigos para abandonados, idosos (por ex. vicentinos), em santas casas, orfanatos, manicômios. As casas de “recuperação” destinavam-se aos desviantes do sistema como autores criminais (Faleiros, 2011; 2009 b; Faleiros, 2009). As instituições religiosas também destinavam-se ao controle social, à formação de uma mão de obra útil ao trabalho doméstico (mulheres) ou industrial (homens). Os blocos dominantes oligarcas aliados aos Estados Unidos combinavam o assistencialismo com o clientelismo, muitas vezes sob a tutela dos chefes políticos locais.

Na Europa e na América Latina a emergência do operariado propiciou organizações de classe que lutavam tanto por uma sociedade sem exploração como por melhorias nas condições de barbárie com ações para reformar e revolucionar as condições de trabalho. Marx (1973) e Engels criticavam o reformismo e o estado capitalista repressivo e mantenedor das condições de exploração. A Comuna de Paris de 1871 implementou medidas de melhoras das condições de trabalho e de vida e o desmonte do aparato repressivo do Estado (ENGELS, 1972). Partidos e associações operárias se disseminaram. A Associação Internacional de Trabalhadores- Primeira Internacional (1864 – 1876) foi seguida em 1889 pela Segunda Internacional composta de várias correntes, mas contrárias à guerra. A Fabian Society (1884), de caráter reformista, se opôs ao filantropismo liberal, defendendo a justiça social e o papel do estado em políticas sociais. No final do século XIX já haviam sido implementados os seguros

sociais em alguns setores na Alemanha (Faleiros, 2009).

A Primeira Guerra Mundial configurou um período de lutas entre grandes potências (Hobsbawm, 2001) para ocupação de territórios com um resultado de perdas humanas imensas cerca de 3 milhões de mortos. Grande parte do operariado lutou contra a guerra e pela causa da paz. O mundo se mobilizou para criar a Liga das Nações e a Legislação Trabalhista, também impulsionado pela Revolução Russa de 1917. A declaração da Sociedade das Nações de 1919 estabelece os parâmetros de uma legislação de defesa dos direitos dos trabalhadores e da negociação coletiva. Comunismo e capitalismo polarizaram o mundo. Em 1919 criou-se a III Internacional, ou Internacional Comunista, substituída em 1943 por Stalin para favorecer um acordo com o Ocidente. Nesse Pós Primeira Guerra Mundial foram fundados vários partidos comunistas como o italiano em 1921 e o brasileiro em 1922. As greves contra a carestia contaram com milhões de trabalhadores no mundo, ao mesmo tempo que associações operárias prestavam socorro aos necessitados, principalmente em situações de acidente e morte. As organizações de trabalhadores se dividiram entre anarquistas, comunistas e reformistas. O estado, por sua vez, usava a repressão para dissolução das manifestações, inclusive com prisões e expulsão de operários. As lutas operárias eram por condições de trabalho e salário (Faleiros, 2010; Pinheiro e Hall, 1979) como pela legislação social e também por transformação da sociedade de exploração, organizando-se em sindicatos, partidos e em sociedades operárias de ajuda mútua. A luta pela jornada de 08 horas em 1886 levou à greve em torno de 500.000 trabalhadores nos Estados Unidos, e em Chicago 04 manifestantes foram levados à força em primeiro de maio de 1887.

Lutas de classes e lutas entre nações se entrecruzaram nesse período fazendo emergir consensos mínimos para minorar as bárbaras condições de vidas operárias com implementação de uma legislação regulamentadora do trabalho e da negociação combinada com múltiplas formas de assistencialismo e clientelismo. No plano econômico acentuou-se o imperialismo norteamericano e suas intervenções armadas, principalmente na América Latina. A filantropia liberal se consolidou em instituições privadas levando à formulação de atendimento de “casos”.

Blocos Históricos dos anos 30 e pós 30

A crise capitalista dos anos 30 reflete a contradição entre as forças produtivas da industrialização e as condições de trabalho, de vida e de consumo (Faleiros, 2009). A crise da produção expressa contradições do próprio bloco dominante e do processo de exploração. O

fordismo introduziu a produção em série, mas apesar de estabelecer um salário mínimo não conseguia mercado para os produtos em razão da desigualdade social. O capitalismo financeiro apostava na rentabilidade o que levou os bancos à quebra (crash), reduzindo o crédito. A crise levou ao desemprego, à queda brutal da produção e das exportações com o resultado de empobrecimento ainda maior das classes trabalhadoras. Diante da miséria, milhares de pessoas saíram às ruas em protesto contra a crise. Nos Estados Unidos houve a implantação por Roosevelt de uma política de trabalhos emergenciais precários. O bloco dominante, contrariando o liberalismo de mercado, estabeleceu seguros para a aposentadoria e desemprego como estímulo ao consumo no *New Deal* (Faleiros, 2009). Na Europa também se implementaram trabalhos emergenciais com realização de obras públicas. Certos governos de tendência socialista, como na Suécia em 1932, formularam políticas estatais de seguros e serviços sociais com negociação entre estado, patrões e trabalhadores. Ao mesmo tempo em que se restabelecia uma coesão social para socorrer os desempregados e pobres também se construía uma saída para manter o sistema capitalista (Faleiros, 2009). A negociação coletiva era inexistente nos Estados Unidos até 1935, quando foi conquistada diante das práticas desleais dos empregadores.

A preocupação com a infância pobre e trabalhadora passou a ter relevância nos debates sociais com implantação de um sistema judiciário juvenil, desprivatizando-se o pátrio poder (Faleiros, 2009 b). No Brasil, em 1930, Getúlio Vargas lidera uma revolução apoiada em jovens tenentes, em setores das classes médias e em elites regionais (Faleiros, 2010) levando à formação de um estado nacional e fortalecendo as elites exportadoras e uma industrialização dependente.

Entre 1925 e 1938 estabeleceram-se as escolas de serviço social na América Latina com influência do modelo de serviço social europeu continental na perspectiva do bloco dominante articulado à Igreja Católica inserida também na ação social e nas instituições de abrigo e escolaridade. A população era constituída na sua quase totalidade por adeptos do catolicismo. A ideologia da harmonia entre exploradores e explorados, burguesia e proletariado, entre patrões e operários predominava na ação social com foco em melhorias imediatas e mudanças de comportamento. A formação profissional então estabelecida voltava-se para uma implementação de visitadoras sociais com visão moralista e higienista de controle dos costumes e comportamentos da classe trabalhadora para se adequarem à vida exigida pela industrialização e pela urbanização. A ação social católica articulava a promoção dos valores de bons costumes e de cumprimento de normas higiênicas. No currículo do Instituto de Educação Familiar e Social, de 1936, havia disciplinas como moral familiar e social,

educação familiar, higiene individual e familiar, estágios em ambulatórios, além de estudo de legislação sanitária e práticas de visitas junto a famílias operárias e instituições (Pinheiro, 1939/1985). Utilizava-se o inquérito social para determinar as causas dos desajustamentos individuais. Essa mesma visão esteve presente na formação profissional estabelecida nas escolas fundadas em vários países como Chile (1925), Argentina (1928), Brasil (1936), Colômbia (1937), Peru (1937), Uruguai (1938).

O foco desse tipo de atividade articulado ao bloco dominante possibilitava o gerenciamento da exclusão social combinando, de forma heterogênea, a filantropia como dever moral com a institucionalização de abrigos, o clientelismo e repressão aos “vadios” entre os quais os chamados de viciados, autores de atos criminais e também os grevistas. A integração da classe operária ao sistema estatal se realizou por meio dos seguros sociais com a criação de fundos públicos e financiamentos privados.

A atuação de agentes sociais se inscreveu tanto na ação social educativa/corretiva/adaptadora, como na atenção aos considerados “residuais” ao sistema capitalista e aos incorporados ao sistema pelos seguros sociais e pelos tribunais. O foco do bloco histórico era a integração do trabalhador e das massas ao sistema urbano industrial capitalista e ao consumo, com articulação de uma política estatal de seguros e serviços sociais públicos que contrariava o liberalismo privatista e a visão conservadora do poder da família.

Blocos Históricos – Da Segunda Guerra Mundial até Anos 60

A diversidade de objetos da chamada intervenção ou ação social expressava as fissuras e diversidades dos blocos históricos nacionais, embora economicamente subordinados ao imperialismo norteamericano. A crise dos anos 20/30 agudizou o esgotamento das alternativas capitalistas fordistas e liberais privatistas de impulsionar a economia ao mesmo tempo que as disputas entre as forças políticas e econômicas para dominação da produção em nível mundial, desembocando no nazi/fascismo e na Segunda Guerra Mundial. Esta expressou uma luta de grandes potências que deixou cerca de 15 milhões de soldados e 66 milhões de civis mortos. Essa barbárie levou à discussão a questão da convivência humana criando-se a Organização das Nações Unidas em 1945. A Declaração Universal dos Direitos do Homem foi assinada em 1948. Segundo Hobsbawm (1995) também emergiu uma era de nacionalismos, com ruptura de dominações políticas imperialistas, propiciando-se um período desenvolvimentista e formação de estados nacionais. No entanto, o imperialismo norteamericano se consolidou com a aliança do poder militar com as empresas multinacionais

e a banca privada. Em nível mundial, no entanto, formou-se um bloco aliado aos norteamericanos e outro aliado à União Soviética numa bipolarização do mundo que se consolidou como Guerra Fria. O Plano Marshall possibilitou o desenvolvimento da Europa devastada e a resistência ao nazismo se articulou com a resistência operária ao capitalismo com fortalecimento de partidos comunistas e socialistas em todo o mundo, inclusive na luta pela democracia. A Quarta Internacional fundada por Trotsky, em 1938 também se expressou como alternativa ao stalinismo, influenciando movimentos e organizações como o “maio de 1968”.

O bloco histórico capitalista ocidental passou a incorporar fundos e serviços públicos na relação com as classes trabalhadoras inclusive para “afastá-las” do comunismo. A declaração dos direitos humanos e a formação de um estado democrático de direitos levou a consolidação do conceito de cidadania (Faleiros, 2010 b) que T. H. Marshall (1988) denominou de cidadania civil, cidadania política e cidadania social. A chamada atenuação da pobreza e de redução de desigualdade passa a ser articulada interinstitucionalmente a partir de direitos sociais dentro dos limites estruturais do capitalismo. Segundo Marshall (1988, p.32) “remodelando o edifício inteiro”, ou seja, a superestrutura juridicopolítica.

O liberalismo que propugnava pelo filantropismo e pelo controle social fica fragilizado com a força dos movimentos dos trabalhadores e do comunismo, sendo pressionado para implementação de políticas públicas num período denominado de “a era dourada do bem-estar social ou do *welfare state*”. O acesso a serviços e direitos passou a ser a tendência de atenção do serviço social nas políticas públicas. Implantou-se o desenvolvimentismo na relação estado-massas, demandando a ação comunitária ou coletiva para melhora das condições territoriais e para capacitação de lideranças e grupos. O *Welfare State* foi se desenvolvendo na Europa como enfatizam Figueira-McDonough (2007), Flora e Heidenheimer (1990), Esping-Andersen (1996), Faleiros (2009). No bojo da Segunda Guerra, Keynes propôs estímulo ao consumo por meio de benefícios sociais e Beveridge formulou a criação de um fundo público para riscos de perdas de renda, denominada de seguridade social como direito, no embate com os liberais favoráveis ao mercado. Na defesa do mercado Hayek (2010) publica Caminho da Servidão em 1944.

Amplia-se a ação do serviço social pelo trabalho de grupos e comunitários. A ação comunitária passa a ter enfoques diferentes dentro da própria profissão seja como consenso, conforme a teoria funcionalista, seja como conflito conforme a proposta da ação radical com populações urbanas, principalmente contra a renovação dos centros das cidades (Médard, 1969). Essa resistência ao capitalismo foi entabulada por pastores evangélicos que

trabalhavam com populações negras e contou com a organização de Saul Alinsky, cujo livro publicado em 1946, se chamava *Reveille for Radicals* na organização de comunidades.

Os partidos trabalhistas estabeleceram estratégias diferentes: a estratégia anarquista fundava-se na consigna “nem estado, nem patrão”, diferentemente das estratégias socialdemocráticas e comunistas (Mendes; Silveira; Galvão, 2008). No Brasil estas perspectivas também estiveram presentes nas lutas salariais e pelas condições de vida (Faleiros, 2010; Harding, 1973; Lowy et al. 1980; Pinheiro e Hall, 1981).

A força dos partidos operários foi impulsionando a social democracia com benefícios para os trabalhadores e seguros de acidentes do trabalho, doença, velhice e desemprego. Se por um lado contrariavam-se ideais liberais, por outro promovia-se a contribuição dos assalariados para um fundo público, o que foi se generalizando no capitalismo com os descontos nas remunerações no processo de assalariamento (Castel, 1995) para financiar o fundo de proteção aos riscos da perda de saúde, emprego, capacidade.

O bloco histórico do pós guerra se constituiu numa incorporação de interesses da classe trabalhadora por condições de vida e do interesse do capital em manter a acumulação, reduzindo-se, ao mesmo tempo, a pressão da classe trabalhadora e o hiato da desigualdade e da exclusão de uma grande massa de pessoas fora do mercado de trabalho e do consumo com os chamados mínimos sociais. A seguridade social possibilitou a ação profissional do serviço social na acessibilidade aos direitos. Continuou, no entanto, a ação do *Case Work* com foco na adaptabilidade e no distúrbio do sujeito no trabalho da disfuncionalidade, como proposto por Gordon Hamilton (1940/1972).

O desenvolvimento de políticas não exclui a ação individual do serviço social patrocinada por instituições privadas e também pela oferta de serviços de consultório nos Estados Unidos. A diversidade de ação profissional se articula com a diversidade da formação e também de posicionamentos políticos dos profissionais.

A inserção do serviço social na esfera pública e no trabalho junto às populações em determinados territórios vai configurando uma correlação de forças entre os profissionais com posicionamentos teóricos e práticos relativos ao enfrentamento da exclusão e da pobreza ou da desadaptação individual. A implantação da seguridade social como política de Estado abriu espaço para a possibilidade ações coletivas e de grupos, inclusive de pressão e negociação, na ótica alinskyana. Na ação pública, assistentes sociais foram também demandados para intervenções de prevenção principalmente em algumas áreas como na saúde (profilaxia, prevenção da tuberculose e de doenças transmissíveis). Na intervenção em territórios foi

possível trabalhar a mobilização coletiva para melhora das condições de vida de um grupo ou de toda uma população, seja por meio de lideranças, seja com mobilização da coletividade. Estas ações eram mais ou menos toleradas ou incentivadas na configuração superestrutural do estado.

À medida em que houve concursos públicos e não nomeações direcionadas pela elite também foi possível diversificar as orientações em conflito. A profissionalização da área social foi estimulada com a criação dos conselhos profissionais, associações profissionais e estabelecimento de uma formação mais sistemática. Uma vertente dessa profissionalização no serviço social voltou-se para a modernização do serviço social focada na resolução de problemas e atenção a necessidades das “pessoas marginalizadas”, retomando a ideia de “forma residual” da intervenção social (Kahn, 1972). O conceito de resolução de problemas sociais ou de *problem solving* incorporou o pressuposto da redução de conflitos ou de integração dos “problemáticos” no sistema de produção e de funcionamento do capitalismo (Faleiros, 2015).

Assistentes sociais deveriam intervir em situações de desemprego, doença e violência para atenuação de suas consequências. Com o questionamento do sistema na formação profissional e no fracasso das práticas localizadas e fragmentadas foi-se construindo um paradigma de epistemologia crítica a partir de projetos, experiências e ações de organização de grupos sociais numa visão política e politizada da atuação profissional com a crítica contundente à chamada neutralidade técnica ou científica propugnada pela ideologia funcionalista. A crítica ao positivismo e ao funcionalismo foi construída com a contribuição da análise marxista que mostrou o conflito de interesses ao invés da convergência de valores na interpretação social da realidade como propunha Parsons (1969). Os espaços profissionais foram se diversificando e as construções teóricas do serviço social foram também se tornando mais complexas e politizadas até confundir a profissão como militância política por uma sociedade socialista mediada somente por ações partidárias ou aliadas a sindicatos contestadores.

Na realidade, as ações mais politizadas de contestação do capitalismo mostraram que a acomodação era uma ação política, mas foram-se construindo alternativas de ação profissional que associavam mobilização com prestação de serviços públicos ou em contextos de organizações não governamentais (Ongs). No entanto, continuou a heterogeneidade de formas de prestação de serviços de assistência e clientelismo que deixaram de ser confundidos com o serviço social, embora empreguem assistentes sociais. A associação entre assistência filantrópica e serviço social profissional continuou sendo propugnada pelo bloco dominante e

questionada na formação crítica da profissão.

Na Europa as instituições estatais desenvolveram mais serviços públicos que nos Estados Unidos com o suporte da social democracia no poder, como na Suécia. Pierson e Leibfried (1995) mencionam a existência de uma combinação *multitiered* ou de estrutura de níveis diferentes de formas institucionais de serviços sociais. Em síntese, os conflitos entre liberalismo e estado e de forças de manutenção e de contestação do capitalismo estruturaram blocos históricos que configuraram serviços sociais de níveis diversos e de expressão variada. Na formação profissional foram interpretados e operacionalizados em perspectivas opostas que vieram a favorecer a redução das desigualdades ou a manutenção do mercado e da dominação. Configurou-se um movimento de lutas no interior do serviço social pela transformação da sociedade e do estado.

Democracias, ditaduras e democratização

A luta pela democracia e pelos direitos abriu espaço para a formação de blocos históricos questionadores do sistema capitalista, como causador da exclusão social pela exploração da força de trabalho. A relação entre exclusão social e exploração capitalista rompeu com o pressuposto da relação entre preguiça e falta de mérito individual para se sobreviver no sistema capitalista. Houve também emergência de teorias de favorecimento de oportunidades no capitalismo que influenciaram as práticas profissionais. Destaca-se a teoria da justiça de Rawls (1971/1991) e a de Sen (2000) sobre a liberdade individual como desenvolvimento. Rawls propõe que haja mínimos de igualdade sem ferir a máxima liberdade, tentando combinar mínimos sociais com o liberalismo.

As lutas de classes se configuraram de forma diversificada nos anos 60 do Século XX, com movimentos por reformas estruturais na propriedade, com movimentos urbanos pelas condições de vida, com movimentos sindicais por salários e com partidos políticos na disputa pelo poder. Ao mesmo tempo, o movimento estudantil se inseriu na luta política pelo questionamento da ordem dominante e da desigualdade, como a União Nacional dos Estudantes no Brasil e o maio de 1968 na França. As organizações das juventudes católicas, principalmente a JUC- Juventude Universitária Católica, questionaram o capitalismo e influenciaram a formação universitária criticamente. O papa João XXIII (1961) defendeu entidades e serviços na esfera pública, a função social da propriedade (no capitalismo) e a concessão de auxílios de urgência aos necessitados e famintos. A ação política de setores progressistas, de profissionais, de camponeses, de operários, de movimentos urbanos

contribuiu para o questionamento do bloco dominante e ascensão de governos populistas-progressistas e desenvolvimentistas. O bloco conservador, por sua vez, construiu uma aliança entre militares, empresas nacionais e multinacionais com o imperialismo norteamericano e políticos provenientes das oligarquias e classes dominantes propugnando pelo combate ao comunismo e manutenção da ordem. No Brasil os empresários implementaram instituições como o SESI no sentido de “conter o mar vermelho do comunismo” (Faleiros, 2010).

Nos anos 70 a resposta política do bloco dominante às contestações foi a execução de golpes de estado, implantação de ditaduras e de autoritarismo na América Latina e no mundo. Deve-se salientar que o capitalismo passava por crise econômica com a guerra do petróleo. O empobrecimento da população foi agravado, contribuindo para uma crise de legitimidade dos governos (Faleiros, 2012). As ditaduras configuram blocos históricos que tornam explícitas as imposições do capital ao conjunto da sociedade por meio da repressão e da proibição da expressão dos movimentos sociais, com negação dos direitos civis, políticos e sociais (Netto, 2014; Faleiros, 2010). A violência e negação do conflito configuram um terrorismo de estado, ao mesmo tempo um estado de exceção.

A atuação do serviço social foi amordaçada pelo bloco dominante favorecendo o assistencialismo combinado com uma justificativa tecnocrática que foi explicitada por Faleiros (2007) na política da previdência. No período, alguns grupos contrahegemônicos de profissionais aliados aos movimentos sociais atuaram na resistência à ditadura mesmo com risco de serem presos, torturados ou assassinados (CFESS, 2009; CFESS, 2012).

A teoria e a prática do serviço social na linhagem conservadora ainda enfatizava a separação do sujeito de suas condições de produção na ótica do esforço individual para adaptar-se ao sistema, conforme Bartlett (1979, p.65): “O propósito global do serviço social seria promover a realização máxima do potencial de cada indivíduo e outros propósitos seriam relacionados com este de alguma sólida maneira”. A construção de uma teoria crítica a essa visão era proveniente de grupos contestadores do sistema e da ideologia do esforço individual tanto nas universidades como em movimentos sociais sindicais, territoriais, de segmentos organizados e de partidos políticos onde atuavam assistentes sociais progressistas.

A luta pela democracia uniu num mesmo bloco histórico grupos de diferentes tendências, pois os regimes autoritários estavam perdendo legitimidade com o arrocho salarial aliado ao arrocho político (Gaspari, 2002, 2014; Netto, 2014). O sistema capitalista se expandia pela ação das multinacionais que incorporavam uma elite de trabalhadores na produção e ao lado de milhões de pessoas em trabalhos precários subordinados às próprias multinacionais com anuência do estado.

As reações contra o estado autoritário e o imperialismo foram diversificadas, seja pela oposição tolerada, seja pela guerrilha ou pela luta clandestina urbana ou rural. A resistência sofreu repressão brutal dos regimes autoritários contabilizando-se milhares de mortos, por exemplo na Argentina e no Chile e centenas no Brasil.

A organização estudantil impulsionou a articulação de vários segmentos como a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social – ENESS contribuindo para a politização da formação e da ação profissional. Aprofundaram-se as discussões teóricas do marxismo e da pedagogia de Paulo Freire com a construção de formas de ação alternativas à adaptabilidade em questionamento das “formas residuais” de intervenção social. A organização de Comunidades Eclesiais de Base, as lutas sindicais, o Movimento de Educação de Base – MEB, as ações no âmbito da cultura popular construíram pontes entre as reivindicações da população e propostas de intervenção social dos assistentes sociais.

Em contexto ainda democrático no Chile de Allende (1970-1973), a *Escuela de Trabajo Social* de Valparaíso elaborou um projeto teórico-prático de serviço social com a perspectiva das lutas de classes, em consonância com os movimentos sindicais, urbanos e camponeses, contribuindo significativamente para a reconceitualização do serviço social no processo de transformação social e também no contexto das instituições (Faleiros, 2017). Na Colômbia (Zabala, 1974) houve experiências similares bem como significativas discussões sobre metodologia do serviço social (Tobón et al. 1986). Tanto no Uruguai (Kruse, 1972) quanto na Argentina (Kisnerman, 1972) houve discussão de propostas críticas. A ação profissional vinculada aos direitos e à democracia privilegiou a participação dos destinatários e sujeitos dessa política. Ao invés de sujeitos passivos receptores de benefícios o serviço social crítico considerou as relações de poder no sistema de desigualdade social. A desigualdade não se reduzia com benefícios, mas com poder político da população. Faleiros (1981, 2016) e Palma (1985) evidenciaram a ação profissional como ação política dentro da teoria dialética e do materialismo histórico com crítica ao funcionalismo, à neutralidade, ao comprometimento com o bloco dominante e na construção de uma aliança contrahegemônica com as classes trabalhadoras.

A perspectiva de articulação da ação profissional com ação política se expressa também no *Radical Social Work* que pode ser referenciado no Canadá/Québec na obra de um grupo de profissionais (Noyau, 1973); nos Estados Unidos na obra de Galper (1986); na Inglaterra na obra de Statham (1978), Brake e Bailey (1980) e Corrigan et al. (1983); na França na obra de Verdès-Leroux (1986).

O processo de democratização na América Latina foi o resultado do desgaste do ajuste neoliberal dos anos 70 que reduziu direitos, cortou verbas públicas e ampliou a mercadorização reduzindo o estado e os salários (Soares, 2001). No processo de ajuste neoliberal dos anos 70 acentuou-se o assistencialismo e a focalização na extrema pobreza. O Banco Mundial estabeleceu um mínimo para ajudar aos pobres no sentido de incentivar os estados nacionais a atenuar a pobreza sem afetar a concentração da riqueza. Volta-se à comprovação da pobreza para se ter acesso às políticas sociais, tornando institucional e permanente aquilo que seria emergencial. Desenvolve-se um padrão de mínimos sociais em nível mundial, com valor em dólar para a focalização de benefícios no que veio a ser denominado de “miserabilidade”, distinguindo-se os miseráveis dos pobres. Consolida-se a estrutura da desigualdade com o estabelecimento de linhas de pobreza e de miséria. A primeira é de rendimento até US\$5,5 por dia e a linha de miséria ou pobreza extrema é de US\$1,90 por dia. No Brasil em 2017 a proporção de pobres era de 26,5% e a de miseráveis 7,4% segundo dados do IBGE. No México alcançava em torno de 45% (Cepal, 2019). Esta focalização se traduziu no início do Século XXI principalmente no governo Lula na implantação do “Bolsa Família” com foco nos mais pobres. As mesmas políticas de focalização foram utilizadas em vários países como no México onde houve o PRONASOL em 1988, o PROGRESA em 1997, PROSPERA em 2014 utilizando benefícios ou bolsas de inclusão com contrapartida dos beneficiários, atendendo às referências do Banco Mundial e as ideologias dos mínimos e do chamado empreendedorismo, que ao não dar resultados junto aos mais pobres, leva à atribuição do insucesso para eles.

Os programas universais são mais eficientes na redução da pobreza e mais eficientes na inclusão social que os programas focalizados (Cepal, 2019). Pesquisa do IBGE (Ibge, 2017) mostra que, apesar dos programas sociais, existe pouca mobilidade ocupacional no Brasil que é de apenas 12,3% no conjunto da população. A condição de escolaridade dos pais se reproduz, na maioria dos casos, na escolaridade dos filhos. A democratização ampliou a oferta de serviços sociais na América Latina e também ampliou o acesso a benefícios e direitos às classes trabalhadoras, mas foram se estruturando na ótica da focalização em contraponto à universalização que foi sendo demandada pelas lutas sociais.

A formação em serviço social se reestruturou levando em consideração a teoria marxista e a articulação com os movimentos sociais e políticos. Na organização profissional o conjunto CFESS/CRESS, ABESS/ABEPS, ENESS/ENESSO (CFESS, 2012) realizou congressos com forte conteúdo político na crítica ao capitalismo no “Congresso da Virada” de 1979 (Faleiros, 2012). A fundamentação numa teoria crítica seja com a análise da reprodução

do capital (Netto, 1992), da correlação de forças (Faleiros, 2011, 2013) e de propostas de atuação comprometida com os interesses da população (Vasconcelos, 2015; Martinelli, 1989, Mota e Amaral, 2016). A mobilização dos profissionais foi acentuada em todos os países da América Latina e também em nível mundial ampliando-se a discussão e a crítica ao capitalismo e às políticas sociais capitalistas.

Blocos históricos na globalização do capital: conservadorismo e neoliberalismo.

No contexto do Século 21 vários governos foram eleitos com o objetivo de implantação do neoliberalismo, simbolicamente como governos de combate à corrupção, o que levou a população a rejeitar governos populistas/desenvolvimentistas. Os governos neoliberais como o de Cartes no Paraguai (2013) e Temer (2016) no Brasil se efetivaram por golpes institucionais. O de Macri na Argentina (2015) e de Bolsonaro no Brasil (2018) por meio de eleições e uso das mídias sociais com *fake news*, como foi feito na eleição de Trump, que por sua vez acentuou o imperialismo norteamericano na visão do “*America great again*”.

A globalização muda a relação do estado com a produção capitalista, com subordinação do estado a ela, para estabelecer as mesmas políticas no mundo inteiro com restrições aos estados nacionais (Duménil e Lévy, 2000). As políticas sociais passam a flutuar nessa dinâmica de atração das multinacionais, efetivação de desregulamentação e precarização das condições de trabalho. Fortalece-se a política de focalização para os mais pobres e as mudanças na previdência social trazem mais ônus para a população e bônus para as empresas financeiras como no projeto do governo Bolsonaro. Acentua-se a redução dos direitos de participação e dos direitos sociais, enfatizando-se o conservadorismo nos costumes e promovendo-se a devastação do meio ambiente, dos direitos trabalhistas, do poder dos trabalhadores, com aumento do desemprego.

Esta conjuntura de mundialização capitalista retomou o liberalismo mais privatista com mercadorização dos serviços e privatização dos fundos públicos, mobilizando a opinião pública para a votação em candidatos ultraconservadores, autoritários e anti-imigração, com a xenofobia de culpabilização dos imigrantes ou mesmo dos mais pobres e beneficiários de políticas públicas pelos males da sociedade. Voltou à tona a pauta conservadora do moralismo e do esforço meritocrático. A prestação de serviços sociais, onde se inserem os assistentes sociais se tornou mais complexa com os direitos sociais mais reduzidos em condições de precarização do trabalho e de recursos (Faleiros, Araújo, Hedler, 2019). A Constituição de

1988 incluiu a Seguridade Social num contexto democrático e de direitos, mas o a mesma vem sendo minada com as chamadas “reformas”, com recursos reduzidos seja pela Desvinculação de Receitas União – DRU, seja pelo teto de gastos (PEC/95). As lutas por direitos benefícios vão sendo institucionalizadas em mínimos sociais que obrigam os trabalhadores da saúde, da assistência, da previdência, da educação atenderem mais pessoas com mais precarização. As políticas neoliberais entram em contradição com seus propósitos ao buscar implementar empreendedorismo junto a populações em extrema pobreza, reduzindo as políticas públicas.

A formação crítica permite desvendar e decifrar as contradições do capitalismo, possibilitando a crítica radical e ao mesmo tempo reinventando estratégias de fortalecimento da população numa conjuntura de desemprego e de dificuldades de ação. As contradições do exercício profissional no capitalismo se tornam ainda mais agudas, principalmente com a dificuldade de mobilização dos blocos dominados diante da fragmentação das organizações dos trabalhadores e da individualização da inserção no trabalho. O uso da ajuda mútua se transformou no capitalismo contemporâneo numa indústria da autoajuda (Illouz, 2011).

A ideologia o esforço passa a justificar a precariedade do trabalho , sem perder intensidade mesmo com novas tecnologias no contexto da mais valia relativa (Dal Rosso, 2008). A precarização do trabalho na era digital (Antunes, 2018) leva à formação de um novo proletariado de serviços, com informalidade e degradação das condições de contrato com a terceirização e a chamada “pejotização”, com CNPJ individual, levando contraditoriamente a se constituir o empresário de si mesmo. O bloco histórico dominante na era do capitalismo financeiro e digital reafirma os valores da meritocracia e da liberdade individual difundidos de forma massiva pelas mídias sociais.

Nesse contexto, mesmo com cortes substanciais no financiamento da educação e da pesquisa, ainda são feitas investigações que contribuem para a crítica ao sistema e o desenvolvimento de uma consciência da necessidade da transformação. No desenvolvimento do serviço social foram se consolidando as pesquisas críticas ao capitalismo e a produção de conhecimento para contribuir com o bloco dominado. Os trabalhos foram se ampliando em sua apresentação nos congressos da profissão. Ao mesmo tempo, as mobilizações de profissionais e de setores indignados com o neoliberalismo vão fazendo emergir um bloco histórico que exige a consolidação dos direitos sociais num contexto adverso de guerra digital e de informações que dão à população a ilusão de progresso.

As políticas sociais estão em processo de desmonte podendo constituir-se um processo de deslegitimação do capitalismo, do conservadorismo e do autoritarismo, na expectativa

otimista da articulação da vontade coletiva. A produção teórica do serviço social está sendo desafiada permanentemente em todos os setores em que a profissão tem atuado.

Considerações finais

Esta revisão integrativa da relação entre as propostas de serviço social e os blocos históricos mostra que a construção de um exercício profissional é dinâmica e se situa na relação hegemonia e contrahegemonia. O bloco hegemônico dominante tem como escopo a reprodução do capital e dos trabalhadores a ele necessários, mas sua interação com o estado se estabelece de forma heterogênea conforme as forças em presença e em conflito. O *case work* continua a ser praticado como adaptabilidade e acompanhamento e orientação de pessoas.

No entanto, a mobilização de trabalhadores e construção de um estado democrático de direitos e de proteção social na esfera pública fez com que o serviço social pudesse aliar-se às classes trabalhadoras com a mudança das condições de trabalho e de exercício profissional.

Quando diretamente ligado às instituições filantrópicas liberais, o exercício profissional se submete às condições e normas estabelecidas pela instituição contratante. Na esfera pública o serviço social se estrutura na dinâmica da superestrutura que assegura direitos e da estrutura que produz exclusão, sofrimento e demanda diversificada. Nas contradições do capitalismo o exercício profissional também se configura de forma contraditória na mediação de interesses do bloco dominante e do bloco dominado, mas com predominância de efetivação de direitos num estado democrático na conjuntura de uma correlação de forças que possibilite uma contrahegemonia do bloco histórico dos dominados seja como benefício, serviços ou relações de poder compartilhadas

O serviço social como outras profissões da área social, como a psicologia, a enfermagem, a educação, a saúde coletiva, dentre outras, conviveu com mudanças na implementação da proteção social por parte do estado com a constituição de fundos públicos para atender necessidades de sobrevivência no contexto de exploração capitalista, inscrevendo-se na política de proteção social, mas no contexto do neoliberalismo se acentua a precarização das condições de trabalho e de exercício da profissão (Faleiros; Araújo; Hedler,2019).

Nas fases de mais estabilidade, de acumulação elevada e de baixa pressão e mobilização social o bloco capitalista dominante se vale da adesão à ideologia da integração ao sistema para avançar no processo de obtenção da mais valia. Quando as forças populares conseguem espaços para governar pode haver mais condições de implementar direitos. As

concessões aos trabalhadores são retiradas ou reduzidas quando existem viradas conservadoras e neoliberais obtidas com a propaganda massiva das pautas moralistas e nacionalistas. Há uma metamorfose ideológica produzida pela propaganda, que passa a indiciar como inimigo ou como ameaça os projetos dos trabalhadores, sendo seus partidos acusados de corrupção. Aparecem na mídia como forças do “demônio socialista”.

No contexto de recuo e das forças das classes trabalhadoras e de precarização das condições de trabalho acentuam-se com as chamadas “reformas” que levam à privatização, à precarização e diminuição dos fundos públicos e à precarização do trabalho. O bloco neoliberal de aliança das multinacionais, das financeiras, dos bancos, do agronegócio e das empresas nacionais globalizadas leva à imposição de menos proteção social com a finalidade de proporcionar mais lucro e acumulação.

Além das políticas de focalização estabelece-se o *workfare* ou empreendedorismo individual para capacitação para o trabalho precário, forçando-se a legitimação da precariedade como uma instância ideológica para encontrar “saídas”, também precárias, para a subsistência baseadas no esforço individual. Nesse contexto aumenta a demanda por abrigos e acolhimentos, inclusive por questões de saúde e depressão. A barbárie neoliberal não se importa com as pessoas, pouco se incomodando com a miséria e a morte dos incapacitados ou/e excluídos. Organizações religiosas voltam a oferecer a “cura” da infelicidade como solução mágica, fazendo com que os templos religiosos se encham de pessoas.

Os desafios ao serviço social pressupõem ainda mais a crítica fundamentada no marxismo na elaboração de estratégias de atenção à população com a combinação de ações dentro e fora das instituições oficiais. A construção de fóruns de grupos excluídos em parceria com organizações da sociedade abre espaço para a incidência dessas organizações civis e nas instâncias políticas. Alianças de profissionais e movimentos sociais possibilitam o fortalecimento das demandas da população. A luta pelos direitos humanos e pelos direitos sociais exige pressão não só para assegurá-los como para reduzir os danos com suas perdas. O neoliberalismo conservador do século XXI retoma propostas do liberalismo do final século XIX, descartando-se estratégias inclusivas a não ser em mínimos de subsistência.

Os processos de segregação, de bantustanização, de extermínio e de contenção dos chamados questionadores do sistema podem ser acentuados e mesmo priorizados. A segregação social tem tendência de se consolidar ainda mais nas zonas urbanas e rurais. A acumulação da riqueza se faz mais concentrada nas mãos de poucas pessoas como mostram os dados da OXFAM (2019) que afirma que o número de bilionários duplicou desde a crise financeira de 2007-2008, suas fortunas crescendo 2,5 bilhões de dólares por dia e estão

pagando o menor nível de impostos em décadas. O Estado, na economia globalizada, perde autonomia e favorece os mais os capitalistas com uma política de desregulação dos direitos e precarização do trabalho.

A democracia pode propiciar condições de organização e de mobilização da população na defesa de seus direitos, mas há quem ponha em xeque a continuidade e o aprofundamento da própria democracia. A história se movimenta pelas contradições e conflitos como ficou explícito neste texto. O aprendizado que os movimentos sociais fizeram das lutas e reivindicações e a construção da cidadania desenvolveram a articulação do serviço social com as propostas de transformação, com formas diversas de mediação, com estratégias de fortalecimento da população nas correlações de força, sejam favoráveis ou desfavoráveis.

A perversidade da combinação de neoliberalismo, conservadorismo, autoritarismo com privatizações e cortes dos fundos públicos e ressurgência do filantropismo também desperta os gritos dos oprimidos e suas demandas nas esferas pública das ruas e das instituições. Fortalecer essas vozes e as demandas pode pressionar para manter os direitos, frear os recuos e promover as mobilizações e organizações de enfrentamento das barbáries. É necessário desvelar a crise e as propostas capitalistas com análise do contexto para articular propostas contra hegemônicas e forças diversificadas em espaços institucionais e não institucionais para fortalecer demandas dos excluídos. As políticas de proteção social conquistadas ampliaram a ação do estado para a inclusão de demandas e de programas de prestações econômicas e ações de apoio a projetos sociais e de incentivo aos processos de inclusão social de grupos inferiorizados ou discriminados como crianças, negros, idosos, indígenas, mulheres, população LGBT+ e outras.

No contexto neoliberal dos anos 70 e na sua recidiva no início do Século XXI, aliado ao neoconservadorismo, acentua-se a combinação da exclusão com o corte da proteção social, configurando um abismo sociopolítico, pois não há entrada para os excluídos na proteção do estado, combinando-se exclusão com desproteção, voltando-se ao clientelismo e ao assistencialismo patrocinado tanto por multinacionais ou magnatas como por grupos religiosos/filantrópicos. Nesse contexto, os assistentes sociais formados muitas vezes no ensino a distância estão trabalhando em empregos inadequados à profissão ou subutilizados. É uma situação a ser cada vez mais discutida criticamente. O estado precarizado impõe cada vez mais as barreiras para acesso aos benefícios sociais e impulsiona o estado repressivo para criminalização dos movimentos sociais. As barreiras burocráticas sempre existiram e se impuseram aos assistentes sociais. As exclusões vão se combinando e é necessário voltar-se

para a articulação e fortalecimento de direitos no processo de intersetorialidade e interseccionalidade com a ação em redes de proteção.

Na mediação profissional os espaços para fortalecer os demandantes necessitam da análise crítica e da articulação de forças para vencer ou reduzir barreiras burocráticas, ideológicas num movimento de politização da compreensão do que está em jogo, buscando-se a efetivação da cidadania num contexto de desigualdade e de precariedade (Faleiros, 2019b). Desafios e lutas não faltam! Agora considerados sem o véu da ideologia do esforço e no processo de crítica das propostas dos blocos dominantes.

Referências bibliográficas

- ANTUNES, R.. **O privilégio da servidão - o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BARTLETT, H. M. **A base do serviço social**. São Paulo: Pioneira, 1979.
- BRAKE, M; BAILEY, R. **Radical social work and practice**. Londres: Edward Arnold, 1980.
- BURKE, P. **História e teoria social**. São Paulo: UNSP, 2002
- CASTEL, R. **Les métamorphoses de la question sociale**. Paris: Fayard, 1995.
- CASANOVA, Pablo González. **Imperialismo y liberación – una introducción a la historia contemporânea de américa latina**. México: Siglo XXI, 1979.
- CASTRO, M. M. **De apóstoles a agentes de cambio: el trabajo social en la historia latinoamericana**. Lima: Celats Ediciones, 1982.
- CEPAL. **Panorama social de America Latina**. Santiago - LC/PUB.2019/3-PISBN: 978921122008731. Santiago: Editorial CEPAL, Janeiro 2019. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/publicaciones/ps>
- CFESS, **Conselho Federal de Serviço Social. 30 anos do Congresso da virada**. Brasília: CFESS, 2009.
- _____. **Conselho Federal de Serviço Social. Seminário Nacional: 30 anos do Congresso da virada**. Brasília: CFESS, 2012.
- CORRIGAN, P. et al. **Serviço social de bem-estar socialista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983
- DAL ROSSO, S. **Mais trabalho**. A intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.
- DUMÉNIL, G; LÉVY, D. **Capital resurgent**. Roots of the neoliberal revolution. Cambridge: Havard University Press, 2004.
- ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Global, 1845/1985.
- _____. Preface. In MARX, Karl. **La guerre civile en France**. Pekin: Edition en Langues Étrangères, 1972.
- ESPING, A. Gosta. **Welfare States in Trasition**. Genebra: Unrisd e London: SAGE Publications, 1996, p. 32-65

- FALEIROS, V. de P. **Metodologia e ideologia do trabalho social**. São Paulo: Cortez, 1981.
- _____. Cidadania e política. In: LUIZ, Danuta E. Cantoia. (org.) **Sociedade civil e democracia**. São Paulo: Veras, 2010 b, p. 275-303.
- _____. **O trabalho da política**. São Paulo: Cortez, 2010.
- _____. **A política social do estado capitalista**. São Paulo: Cortez Editora, 2009- 12ª edição
- _____. As interfaces do ensino e da prática no serviço social. In: **Novos rumos do ensino superior**. São Paulo: PUC – NEMESS, setembro 1997, p. 34-54.
- _____. **Estratégias em serviço social**. São Paulo: Cortez, 2011, 10ª edição.
- _____. **Globalização, correlação de forças e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2013.
- _____. O congresso brasileiro de assistentes sociais na conjuntura dos anos 70. In: **CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. Seminário Nacional: 30 anos do Congresso da virada**. Brasília: CFESS, 2012, p. 43-54.
- _____. **Reconceituação do Ser o do Serviço Social: processo e movimento da Escuela de T da Escuela de Trabajo Social da Universidade Católica de da Universidade Católica de Valparaíso**. In: Em pauta, Rio de Janeiro _ 2o Semestre de 2017 - n. 40, v. 15, p. 87 – 101. Disponível em <http://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/32723/23542>. DOI: 10.12957/REP.2017.32723
- _____. **Saber profissional e poder institucional**. São Paulo: Cortez, 2015 – 11ª edição.
- _____. **Tecnocracia e assistencialismo no capitalismo autoritário**. O serviço social na previdência social dos anos 70. In BRAGA, Léa; CABRAL, Maria do Socorro Reis (orgs). **Serviço social na previdência: trajetória, projetos profissionais e saberes**. São Paulo: Cortez Editora, 2007, p. 63-93.
- _____. Infância e processo político no Brasil. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (Org.). **A arte de governar crianças: A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009 b. p. 33-96.
- FALEIROS, Eva. A criança e o adolescente objetos sem valor no Brasil Colônia e no Império. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (Org.). **A arte de governar crianças: A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009. p. 203-222.
- FALEIROS, V. de P. **Construção de uma epistemologia crítica no Serviço Social**. In SILVA, Maria Liduína de Oliveira e (org). Congresso da virada e o serviço social hoje. São Paulo: Cortez editora, 2019b, p.99-116.
- FALEIROS, V. de P.; ARAÚJO, A. A. M. de; HEDLER, H. C. **Precariedade e interdisciplinaridade no trabalho da Assistente Social na esfera pública**. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 383-392, ago. 2019. Disponível em: doi:<https://doi.org/10.1590/1982-02592019v22n2p383>.
- FIGUEIRA-McDONOUGH, Josefina. **The Welfare State and Social Work: pursuing social justice**. Londres: Sage, 2007.
- FLORA, P. e HEIDENHEIMER, A. J., A. J. **The development of welfare states in Europe and America**. New Bruswick (U.S.A.): Transaction Publihers,1990.
- GALPER, Jeffry. **Política social e trabalho social**. São Paulo: Cortez, 1986.
- GASPARI, Elio. **A ditadura encurralada**. São Paulo: Intrínseca, 2003/2014.
- _____. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das letras, 2002.
- _____. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, Volume 1.
- _____. **Introdução à filosofia da práxis**. Lisboa: Antídoto, 1978.
- _____. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira,

1980.

GUSTAFSSON, B. **Marxismo y revisionismo**. Barcelona: Grijalbo, 1975.

HAMILTON, G. **Théorie et pratique du case work**. Paris: École psychologique et sociale interrégionale, 1972.

HARDING, T F.. **The political history of organized labor in Brazil**. Tese de doutorado. Stanford University, 1973.

HARVEY, D. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

HOBSBAWM, E.. **Era dos extremos. O breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

HAYEK, F. A. **O caminho da servidão**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço social em tempo de capital fetiche**. São Paulo: Cortez, 2007, p. 13-18.

ILLOUZ, E.. **O amor nos tempos do capitalismo**. São Paulo: Zahar, 2011.

JOÃO XXIII. **Mater et Magistra – encíclica**. 15 de maio de 1961.

KAHN, A. J. (Org.) **O serviço social no mundo moderno**. Rio de Janeiro: Agir, 1972.

KISNERMAN, N. **Servicio social pueblo**. Buenos Aires: Hvmantas, 1972.

KRUSE, H. C. **Introduccion a la teoria cientifica del servicio social**. Buenos Aires: ECRO, 1972.

LEAO XIII. **Rerum Novarum. Encíclica**. Disponível em http://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html. Acessado em 06/05/2019.

LEIBFRIED, S. PIERSON P. **European social policy**. Washington: The booking institution, 1995.

LOWY et al. **Movimento operário brasileiro 1900/1979**. Belo Horizonte: Vega, 1980.

LUXEMBURGO, R. **Reforma ou revolução?** Lisboa: Estampa, 1970.

MÉDARD, J.-F. **Communauté locale et organization communautaire aux États-Unis**. Paris: Librairie armand cloin, 1969.

MALTHUS, T. R. **Ensaio sobre a população**. São Paulo: Abril Cultural, 1798/1983.

MARSHALL, T. H. **Cidadania e classe social**. Brasília: Fundação Projeto Rondon, 1988.

MARTINELLI, M. L.. **Serviço social: identidade e alienação**. São Paulo: Cortez, 1989.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007.

_____. **Manifeste du Parti Communiste**. Moscou: Les Editions du Progrès. 1973/ Prefácio da edição Alemã de 1872.

MARX, Karl. **Le Capital**. Montréal: Nouvelle Frontière, 1976

MENDES, K. Dal S.; SILVEIRA, R. C. de C. P.; GALVÃO, C. M. **Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem**. Texto contexto - enferm., Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 758-764, Dec. 2008. Acesso em 26 de Agosto de 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-07072008000400018>.

MÉSZÁROS, I. **Estrutura social e formas de consciência II: a dialética da estrutura e da história**. São Paulo: Boitempo, 2011.

- MOTA, A. E.; AMARAL, A. (org). **Cenários, contradições e pelejas do serviço social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2016.
- NETTO, J. P. **Pequena história da ditadura brasileira**. São Paulo: Cortez, 2014.
- _____. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 1992.
- NOYAU SERVICE SOCIAL - CAP ST-JACQUES ET MAISONNEUVE. **Dossier service social. Le service social... instrument d'une classe?.** Montréal: Presses du CIRQUE, 1973.
- OXFAM. **Bem público ou riqueza privada?**. 01/01/2019. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/publicacoes>. Acessado: 07/05/2019
- PALMA, D. **La practica política de los profesionales**. Lima: Celats, 1985.
- PARSONS, T. **Sociedades: perspectivas evolutivas e comparativas**. São Paulo: Pioneira, 1969.
- PINHEIRO, M. E. **Serviço Social - Infância Juventude Desvalidas**. São Paulo: Cortez, 1939/1985.
- PINHEIRO, P. S. e HALL, Michael M. **A classe operária no Brasil**. Documentos. São Paulo: Brasiliense, 1981, 3 vol.
- RAWLS, J. **Uma teoria da justiça**. Brasília: Editora UnB, 1991.
- RICHMOND, M. E. **Social Diagnosis**. New York: Russel Sage Foundation, 1917. Disponível em: <https://www.historyofsocialwork.org/PDFs/1917,%20Richmond,%20Social%20Diagnosis%20OCR%20C.pdf>. Acesso em 05/08/2019.
- SOARES, L. T. R.. **Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- SEN, A.. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das letras, 2000.
- TOBÓN, M. C.; ROTTIER, N.; MANRIQUE, A. **La práctica del trabajador social**. Lima: Celats/Buenos Aires: Hvmanitas, 1986.
- VASCONCELOS, A. M. de. **A/O Assistente social na luta de classes – projeto profissional e mediações teórico-práticas**. São Paulo: Cortez, 2015.
- VERDÈS-LEROUX, J. **Trabalhador social-prática, hábitos, ethos, formas de intervenção**. São Paulo: Cortez, 1986.
- ZABALA C. Manuel T. **Método sin metodología - hombre, transformación, ciencia**. Buenos Aires: ECRO, 1974.